

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

CNPJ: 01.368.232/0003-21

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

| | |
|------------|---|
| QUADRO I | Balanço patrimonial |
| QUADRO II | Demonstração do resultado do exercício |
| QUADRO III | Demonstração do resultado abrangente |
| QUADRO IV | Demonstração das mutações do patrimônio líquido |
| QUADRO V | Demonstração do fluxo de caixa |

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da
CASA DE CARIDADE DOM ORIONE
Araguaína - TO

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Investigação em andamento pela Polícia Federal – “Operação Marcapasso”

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Entidade foi citada na 2º fase da “Operação Marcapasso” da Polícia Federal que investiga esquema de corrupção e fraude a licitações no Estado do Tocantins, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos OPME’s (Órteses, Próteses e Materiais Especiais). Embora a entidade tenha implementado o Comitê Antifraude e suas conclusões iniciais não detectaram inconformidades, conforme citado na nota explicativa 1, bem como a administração e os assessores jurídicos da Entidade esperam não ter impactos em suas demonstrações contábeis, não podemos assegurar, em razão do andamento das investigações ainda em curso até a presente data, de que não existam impactos relevantes, inclusive sobre aspectos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório emitido em 27 de abril de 2021, continha ressalva relacionada ao mesmo assunto do parágrafo anterior relativo aos impactos, inclusive tributários, que porventura possam recair sobre a Entidade relacionado a Investigação em andamento da Polícia Federal – “Operação Marcapasso”.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2022



Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
EXACTUS Auditores Independentes
CRC MG 013461/O-3 "S" TO

Casa de Caridade Dom Orione

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
|--------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|---|------------------|-------------------|-------------------|
| | Nota explicativa | 2021 | 2020 | | Nota explicativa | 2021 | 2020 |
| Ativo Circulante | | | | Passivo Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 5.524.399 | 479.009 | Fornecedores | 8 | 8.873.128 | 7.561.701 |
| Aplicações financeiras restritas | | 730.330 | 2.376.891 | Empréstimos e financiamentos | 7 | 5.712.417 | 6.026.073 |
| Contas a receber | 4 | 25.970.197 | 23.286.128 | Obrigações trabalhistas | 9 | 6.031.599 | 5.194.189 |
| Estoques | 5 | 4.627.569 | 5.109.347 | Tributos e contribuições sociais | | 735.510 | 309.812 |
| Adiantamentos | | 745.227 | 767.336 | Convênios | 11 | 4.593.831 | 4.408.023 |
| Despesas antecipadamente | | 9.198 | 43.640 | Compromissos contratuais e parcelamento | 12 | 83.150 | 82.136 |
| Outras contas a receber | | 764.899 | 594.392 | Outras contas a pagar | | 523.289 | 263.385 |
| Total do ativo circulante | | 38.371.819 | 32.656.743 | Total do passivo circulante | | 26.552.924 | 23.845.319 |
| Ativo não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Consortios | | 205.913 | 151.521 | Empréstimos e financiamentos | 7 | 21.561.851 | 11.850.091 |
| Investimentos | | 54.350 | 18.350 | Compromissos contratuais | 12 | 16.667 | 56.667 |
| Imobilizado | 6 | 32.568.416 | 27.947.518 | Passivo fiscal | 12 | 62.491 | 103.260 |
| Total do ativo não circulante | | 32.828.679 | 28.117.389 | Provisões para contingências | 10 | 2.722.050 | 1.563.631 |
| | | | | Total do passivo não circulante | | 24.363.059 | 13.573.649 |
| | | | | Patrimônio Líquido | | | |
| | | | | Patrimônio social | | 23.355.164 | 17.884.296 |
| | | | | Superavit (Déficit) do exercício | | (3.070.649) | 5.470.868 |
| | | | | Total do patrimônio social | 13 | 20.284.515 | 23.355.164 |
| Total do ativo | | 71.200.498 | 60.774.132 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 71.200.498 | 60.774.132 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| | Nota explicativa | 2021 | 2020 |
|---|---------------------|---------------------|--------------------|
| Receitas Operacionais | 14 | 127.418.580 | 94.590.620 |
| Receitas de subvenções | 14 | 7.739.802 | 17.649.677 |
| Doações - líquido | 14 | 527.399 | 2.137.438 |
| (-) Deduções | 14 | (16.098.204) | (12.591.548) |
| (=) Receita líquida | | 119.587.577 | 101.786.187 |
| (-) Custos dos Serviços Prestados | 15 | (108.914.123) | (86.548.409) |
| (=) Superávit bruto | | 10.673.454 | 15.237.778 |
| (+/-) Despesas/receitas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 16 | (12.809.585) | (10.331.809) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | | 2.169.116 | 1.928.328 |
| | | (10.640.469) | (8.403.481) |
| Despesas financeiras | | (3.167.434) | (1.560.169) |
| Receitas financeiras | | 63.800 | 196.740 |
| | | (3.103.634) | (1.363.429) |
| (=) Superavit/(Déficit) do exercício | | (3.070.649) | 5.470.868 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|------------------|
| Superávit (Déficit) do exercício | (3.070.649) | 5.470.868 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | (3.070.649) | 5.470.868 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstração das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| | Patrimônio social | Superávit (Déficit) do Exercício | Total |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------------------------|-------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 17.884.296 | - | 17.884.296 |
| Superávit do exercício | - | 5.470.868 | 5.470.868 |
| Incorporação ao Patrimônio Social | 5.470.868 | (5.470.868) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 23.355.164 | - | 23.355.164 |
| Déficit do exercício | - | (3.070.649) | (3.070.649) |
| Incorporação ao Patrimônio Social | (3.070.649) | 3.070.649 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 20.284.515 | - | 20.284.515 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|---------------------|
| (=) Superávit (Déficit) do exercício | (3.070.649) | 5.470.868 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | |
| Provisão para contingências | 1.158.419 | (249.794) |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 10.223.646 | 1.324.195 |
| Baixa de Investimentos, Ativo Imobilizados e Intangível | 19.593 | 458.993 |
| Depreciação e amortização | 3.091.301 | 2.012.795 |
| Doações Recebidas de Bens e/ou direitos | (288.113) | (1.322.666) |
| | 11.134.197 | 7.694.391 |
| Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo | | |
| (Aumento)/Contas a receber | (12.605.075) | (1.823.753) |
| (Aumento)/Diminuição nos estoques | 481.778 | (1.650.515) |
| (Aumento)/Adiantamentos | 22.109 | (163.242) |
| (Aumento)/Despesas pagas antecipadamente | 34.442 | (6.913) |
| (Aumento)/Diminuição Outras contas a receber | (170.507) | (220.297) |
| Aumento / (diminuição) em Fornecedores | 1.311.427 | 2.098.687 |
| Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias | 1.263.108 | 578.759 |
| Aumento / (diminuição) em Convênios | 185.808 | 510.362 |
| Aumento / (diminuição) em Compromissos Contratuais | (38.986) | (557.085) |
| Aumento / (diminuição) em Outras Contas a Pagar | 259.904 | 181.387 |
| Aumento / (diminuição) Passivo Fiscal | (40.769) | (24.026) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 1.837.436 | 6.617.755 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado | (7.737.744) | (14.317.382) |
| Obra de Arte | (36.000) | - |
| Intangível | (8.575) | - |
| Consórcio de Veículo | (54.392) | (151.521) |
| Caixa líquido das atividades de investimentos | (7.836.711) | (14.468.903) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Empréstimos e financiamentos | 15.470.215 | 9.845.197 |
| Juros sobre empréstimos | (6.072.111) | (2.804.048) |
| Caixa líquido das atividades de financiamentos | 9.398.104 | 7.041.149 |
| Aumento/(redução) líquido de caixa | 3.398.829 | (809.999) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 2.855.900 | 3.665.899 |
| Caixa e equivalentes de caixa no Final do período | 6.254.729 | 2.855.900 |
| Aumento/(redução) líquido de caixa | 3.398.829 | (809.999) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Casa de Caridade Dom Orione, filiada à Pequena Obra da Divina Providência - Dom Orione, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica e de assistência social, com o fim de cumprir os pressupostos e princípios evangélicos vividos e ensinados pelo Padre Luís Orione, com a duração por tempo indeterminado e tem como objetivos:

- a) manutenção da saúde da pessoa;
- b) assistência médico-hospitalar, em regime de internação e com serviços ambulatoriais;
- c) desenvolver atividades educacionais na área da saúde, em estabelecimentos próprios e de terceiros;
- d) pesquisa para o aperfeiçoamento das atividades de saúde;
- e) atenção ao idoso, especialmente aos mais necessitados;
- f) atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais, dando preferência às atividades terapêuticas e de reabilitação;
- g) levar a efeito a saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Para o cumprimento das suas finalidades a Casa de Caridade Dom Orione criará e manterá hospitais, escolas, faculdades, asilos, creches e quaisquer outras que venham a contribuir para a melhoria da assistência à comunidade, podendo constituí-las em departamentos, com administração autônoma e atenderá preferencialmente as pessoas mais carentes sem distinção de sexo, idade, credo religioso e político.

Investigação da Polícia Federal (Operação Marca-passo)

A investigação teve início com a instauração da investigação policial determinada por portaria datada de 28 de junho de 2017, recebendo a denominação de “Operação Marca-passo”.

O objetivo da investigação é a apuração de suposta prática criminosa dos ilícitos penais de corrupção ativa e passiva, crimes contra licitação e organização criminosa no Hospital Geral de Palmas/TO.

A investigação estendeu-se ao Hospital e Maternidade Dom Orione em Araguaína/TO em razão de tratar-se dos dois únicos hospitais a realizar cirurgias cardíacas no estado, bem como em razão de suspeitas levantadas por delator envolvido na investigação.

A investigação ainda não foi encerrada pela Polícia Federal, que continua a examinar a documentação e a periciar os equipamentos apreendidos nas diversas fases da operação.

Em decorrência das investigações, diversas denúncias foram apresentadas pelo Ministério Público Federal, nenhuma delas contra o Hospital e Maternidade Dom Orione ou mesmo contra quaisquer de seus diretores, superintendentes ou colaboradores, circunstância que autoriza concluir que inexistente qualquer espécie de envolvimento ou prática de atos ilícitos.

No início do exercício de 2020 o Comitê Antifraude que foi instituído no dia 10 de janeiro de 2019 para apuração dos eventos que envolveram a operação “Marcapasso”, divulgou suas conclusões iniciais e respectivas melhorias de controles internos, com implantação de POP’s (Procedimento Operacional Padrão), não sendo identificadas inconformidades nas avaliações preliminares. O período de apuração abrangeu os exercícios de 2012 a 2017. Nos exercícios de 2021 e 2020, em meio as dificuldades apresentadas pela Pandemia do COVID-19, optou por descontinuar os trabalhos temporariamente, que teria planejamento de realização de novos procedimentos, promotores de maior confiabilidade e correção de atividades, inclusive com implantação breve de Código de Ética para colaboradores e parceiros, o que deve ocorrer no exercício de 2022.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucro.

De acordo com o item 4 da ITG 2002 (R1), aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e a própria Interpretação (ITG 2002 - R1). Aplicam-se também a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados pela Interpretação.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 26 de abril de 2022.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

- a) Provisões para contingências;
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- c) Vida útil estimada do ativo imobilizado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A classificação dos ativos financeiros é realizada com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, realizada da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

2.7. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list" (listagem por idade de vencimento), considerando os itens pendentes de longa data (superior a 360 dias) e outras perdas avaliadas como prováveis. O montante registrado é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Em virtude de dificuldades advindas do processo de aceite de glosas, essas quando superior a 90 dias se somam ao PECLD, perfazendo assim o seu saldo.

As despesas com a constituição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Perdas Diversas” na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização na prestação dos serviços ou perecimento.

Quando necessário, é efetuado ajuste para reconhecimento das perdas com itens obsoletos, medicamentos vencidos sem possibilidade de reutilização, materiais deteriorados e outros.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

| | <u>Anos</u> |
|-----------------------------|-------------|
| Edificações | 45 |
| Máquinas e equipamentos | 8 |
| Veículos | 5 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Equipamentos de informática | 5 |
| Instalações | 10 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

No exercício de 2017, após levantamento realizado em relação ao estado de conservação dos bens através de laudo de vida útil econômica do ativo imobilizado, foi alterado a estimativa da vida útil de máquinas e equipamentos de 10 anos para 8 anos, bem como edificações que passou de uma estimativa de 25 anos para 45 anos.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável estimado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por prazo superior a, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisão para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.15. Convênios

Referem-se a convênios para custeio de projetos captados por meio de instrumentos específicos.

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica “Convênios” e apropriadas como receita quando da efetiva prestação do serviço ou outra condição acordada.

2.16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Social está representado pela dotação inicial acrescida ou diminuída do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.17. Apuração do Superávit (déficit)

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo como Princípio da Competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando efetivado o recebimento dos recursos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Entidade, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

| | 2021 | 2020 |
|--|------------------|----------------|
| Caixa Central | 17.656 | 24.853 |
| Caixas - diversos | 16.992 | 4.862 |
| Total de Caixa | 34.648 | 29.715 |
| | | |
| Banco do Brasil | 3.195 | 109.559 |
| Bradesco | 22.221 | 2.097 |
| Caixa Econômica Federal | 72.411 | 2.754 |
| Sicoob - UniCentro | 33.463 | 22.847 |
| | | |
| Bancos conta Movimento | 131.290 | 137.257 |
| | | |
| Aplicação Sicoob - UniCentro | 5.040.216 | 312.037 |
| Aplicação CEF | 318.245 | - |
| | | |
| Total aplicações financeiras | 5.358.461 | 312.037 |
| | | |
| Total de Caixa, Bancos e Aplicações | 5.524.399 | 479.009 |

4. Contas a receber

Contas a receber são decorrentes dos serviços prestados pelo Hospital, como segue:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Convênios (SUS) | 17.777.463 | 6.070.072 |
| Convênios com particulares | 18.951.952 | 18.888.371 |
| Total de convênios a receber | <u>36.729.415</u> | <u>24.958.443</u> |
| | | |
| Cheques a receber | 464.425 | 213.926 |
| Cartões de Créditos | 861.467 | 440.845 |
| Clientes a receber | 163.403 | 421 |
| Total de contas a receber de clientes | <u>38.218.710</u> | <u>25.613.635</u> |
| | | |
| Perdas estimadas na realização das contas a receber | (12.248.512) | (2.327.507) |
| | <u>25.970.198</u> | <u>23.286.128</u> |

A abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer é a seguinte:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| A vencer | 6.731.404 | 9.948.398 |
| Serviços em andamento a faturar | 591.755 | 1.503.624 |
| Cheques, Cartões de Crédito e Outros | 1.325.892 | 654.771 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 1.898.986 | 1.179.520 |
| De 31 a 60 dias | 1.693.591 | 1.158.486 |
| De 61 a 90 dias | 4.342.979 | 1.432.990 |
| De 91 a 180 dias | 6.046.865 | 1.361.350 |
| De 181 a 360 dias | 8.099.061 | 7.430.043 |
| Acima de 360 dias | 7.488.176 | 944.453 |
| PECLD | (12.248.512) | (2.327.507) |
| | <u>25.970.197</u> | <u>23.286.128</u> |

As perdas estimadas na realização das contas a receber são reconhecidas após análise individualizada dos clientes. O critério de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi definido pela entidade àqueles inadimplentes com mais de 360 dias de atraso, sendo estes saldos em sua maioria baixados e o restante incluído em PECLD. Porém, as glosas, quando não realizado o aceite, serão lançadas como provisão acima de 90 dias por já se encontrar expirado qualquer prazo de recurso.

5. Estoques

Os estoques estão compostos por materiais de uso e consumo hospitalar.

O estoque de materiais hospitalares é avaliado pelo método do custo médio das compras e, quando aplicável, ajustadas ao valor de realização e deduzidas de perdas por deterioração ou obsolescência.

A provisão de perdas estimadas tem por base a média dos três últimos exercícios em perdas auferidas em relação ao volume médio de compras do mesmo período.

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Materiais hospitalares | 4.670.165 | 5.143.607 |
| (-) Perdas estimadas na realização dos estoques | (42.596) | (34.260) |
| Total dos estoques | <u>4.627.569</u> | <u>5.109.347</u> |

6. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

| Descrição | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido | | Taxa |
|----------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|------|
| | | | 2021 | 2020 | |
| Terrenos | 159.360 | - | 159.360 | 159.360 | - |
| Edificações | 21.644.316 | (9.996.584) | 11.647.732 | 10.168.673 | 2% |
| Instalações | 735.510 | (735.510) | - | 0 | - |
| Veículos | 318.593 | (160.957) | 157.636 | 67.597 | 20% |
| Móveis e utensílios | 2.365.713 | (1.534.516) | 831.197 | 595.660 | 10% |
| Equipamentos de informática | 4.019.506 | (3.640.967) | 378.539 | 380.423 | 20% |
| Tratores e implementos agrícolas | 2.100 | (2.100) | - | 76 | 20% |
| Máquinas e equipamentos | 30.855.934 | (11.561.539) | 19.302.493 | 16.550.169 | 12% |
| Instrumentos cirúrgicos | 95.015 | (86.938) | 8.077 | 14.648 | 10% |
| Ferramentas | 126.455 | (43.073) | 83.382 | 10.912 | 20% |
| Total | <u>60.322.502</u> | <u>(27.762.184)</u> | <u>32.568.416</u> | <u>27.947.518</u> | |

Movimentação do ativo imobilizado

| Descrição | 31.12.2020 | Adições | Baixas | Transfe- rência | Depreciação Acumulada | 31.12.2021 |
|----------------------------------|-------------------|------------------|------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|
| Terrenos | 159.360 | - | - | - | - | 159.360 |
| Edificações | 19.824.482 | 1.819.834 | - | - | (9.996.584) | 11.647.732 |
| Instalações | 735.510 | - | - | - | (735.510) | - |
| Veículos | 236.244 | 168.500 | (86.151) | - | (160.957) | 157.636 |
| Móveis e utensílios | 2.055.976 | 347.282 | 14.213 | (51.758) | (1.534.516) | 831.197 |
| Equipamentos de informática | 3.861.321 | 121.479 | (15.286) | 51.992 | (3.640.967) | 378.539 |
| Tratores e implementos agrícolas | 2.100 | - | - | - | (2.100) | - |
| Máquinas e equipamentos | 25.697.417 | 5.302.901 | (104.265) | (32.021) | (11.561.539) | 19.302.493 |
| Instrumentos cirúrgicos | 96.821 | - | - | (1.806) | (86.938) | 8.077 |
| Ferramentas | 24.992 | 71.728 | (3.858) | 33.593 | (43.073) | 83.382 |
| Total | 52.694.223 | 7.831.724 | (195.347) | - | (27.762.184) | 32.568.416 |

| Descrição | 31.12.2019 | Adições | Baixas | Transfe- rência | Depreciação Acumulada | 31.12.2020 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|
| Terrenos | 159.360 | - | - | - | - | 159.360 |
| Edificações | 17.845.002 | 2.211.281 | (231.801) | - | (9.655.809) | 10.168.673 |
| Instalações | 735.510 | - | - | - | (735.510) | - |
| Veículos | 351.244 | - | (115.000) | - | (168.647) | 67.597 |
| Móveis e utensílios | 2.073.266 | 130.583 | (108.131) | (39.742) | (1.460.316) | 595.660 |
| Equipamentos de informática | 3.691.421 | 206.845 | (36.945) | - | (3.480.898) | 380.423 |
| Tratores e implementos agrícolas | 2.100 | - | - | - | (2.024) | 76 |
| Máquinas e equipamentos | 14.089.842 | 11.768.673 | (200.840) | 39.742 | (9.147.248) | 16.550.169 |
| Instrumentos cirúrgicos | 96.821 | - | - | - | (82.173) | 14.648 |
| Ferramentas | 24.992 | - | - | - | (14.080) | 10.912 |
| Total | 39.069.558 | 14.317.382 | (692.717) | - | (24.746.705) | 27.947.518 |

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são captados para utilização como capital de giro e os financiamentos referem-se ao FINAME. As taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

| | Taxa de Juros a.a | 2021 | 2020 |
|--|----------------------|-------------------|-------------------|
| Empréstimo - Capital de Giro - CEF | 48,60% | 21.558.247 | - |
| Empréstimo - Capital de Giro - Banco do Brasil 2 | 6,85% | 2.655.014 | - |
| Empréstimo - Capital de Giro - Banco do Brasil | 12,95% | 261.443 | 641.971 |
| Empréstimo FINAME Santander | 4,02% | 261.408 | - |
| Empréstimo - Capital de Giro - Santander | 8,73% | 2.144.226 | 2.858.967 |
| Empréstimo - Capital de Giro - Bradesco | 9,18% | - | 2.224.467 |
| Empréstimo - Capital de Giro - Sicredi | 8,73% | 699.066 | 1.803.460 |
| Empréstimo - Capital de Giro - Santander | 8,73% | 2.258.652 | 2.693.704 |
| Empréstimo - Capital de Giro - Bradesco 2 | 11,38% | 6.885.931 | 6.885.931 |
| Empréstimo - Unicred - conta garantida | | - | 1.970.000 |
| Empréstimo FINAME Bradesco | 4,5% | 167.416 | 436.602 |
| Conta Garantida SICREDI 81782-1 | | 11 | 1.600.001 |
| FINAME - Stemac - Banco do Brasil | 4,5% | 38.690 | 85.119 |
| Empréstimos Confederação das Santas Casas | | 49.983 | 139.978 |
| Banco do Brasil - Cheque pré | | - | 12.594 |
| Banco Santander - Cheque pré | | - | 79.138 |
| Unicred - Cheque pré | | - | 77.939 |
| Juros a apropriar | | (9.705.819) | (3.633.707) |
| | | <u>27.274.268</u> | <u>17.876.164</u> |
| | | <u>27.274.268</u> | <u>17.876.164</u> |
| Circulante | | 5.712.417 | 6.026.073 |
| Não circulante | | 21.561.851 | 11.850.091 |

Covenants

O Hospital possui cláusulas restritivas em contratos de empréstimo em caso de ocorrer inadimplência de parcelas, protestos de títulos ou ações judiciais que coloquem em risco o cumprimento de suas obrigações, recuperação judicial ou falência, descredenciamento junto ao Sistema Único de Saúde ou ausência de quitação de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

O Hospital cumpriu com esses Covenants durante o exercício.

8. Fornecedores a pagar

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de produtos e serviços necessários às atividades da Entidade, como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores de produtos hospitalares | 6.097.213 | 6.192.453 |
| Fornecedores de produtos e serviços | 618.928 | 297.263 |
| Serviços profissionais a pagar | 2.156.987 | 1.071.985 |
| | <u>8.873.128</u> | <u>7.561.701</u> |

9. Obrigações trabalhistas

O passivo trabalhista refere-se ao compromisso assumido para com os colaboradores, como segue:

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Salários a pagar | 1.928.462 | 1.895.728 |
| FGTS a recolher | 323.096 | 302.851 |
| INSS a recolher | 597.023 | 214.511 |
| Provisão de férias e encargos | 2.997.618 | 2.636.918 |
| Outros | 185.400 | 144.181 |
| | <u>6.031.599</u> | <u>5.194.189</u> |

10. Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São constituídas provisões para os riscos cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis quando estas puderem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

Considerando posicionamento dos assessores jurídicos, através de uma revisão e análise detalhada dos riscos de cada processo, a Entidade registrou no exercício de 2021 complemento para provisão de contingências de R\$1.158.419, perfazendo assim um saldo final de R\$ 2.722.050. Essa provisão abrange 99 processos cujo valor total das causas solicitados pelos autores é de R\$ 17.026.944, sendo assim, a provisão estimada pelos assessores jurídicos de perdas corresponde a 16% do total.

Os processos por danos morais, materiais e estéticos corresponde a 63% de todos os processos e seus valores representam 85% do valor total das causas. Já os processos trabalhistas são basicamente cobrança de insalubridade. Em 2021 foram agregados mais 19 processos (13 processos agregados em 2020).

| | 2021 | | 2020 | |
|--------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Valor das Causas | Contigência | Valor das Causas | Contigência |
| Cíveis | 15.385.662 | 2.200.073 | 14.387.195 | 1.350.174 |
| Trabalhistas | 1.641.282 | 521.977 | 1.610.545 | 213.457 |
| | <u>17.026.944</u> | <u>2.722.050</u> | <u>15.997.740</u> | <u>1.563.631</u> |

11. Convênios

Os convênios referem-se basicamente a recursos recebidos do Ministério da Saúde e Emendas Parlamentares para custeio de projetos e obras realizadas para expansão do Hospital. A aplicação dos recursos vem sendo efetuada de acordo com o previsto e as prestações de contas são efetuadas tempestivamente.

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Convênios com a União | 4.593.831 | 4.408.023 |
| | <u>4.593.831</u> | <u>4.408.023</u> |

12. Compromissos contratuais, parcelamentos e passivo fiscal

Os parcelamentos e compromissos contratuais da Entidade podem ser demonstrados como segue:

| Descrição | 2021 | | | 2020 | | |
|------------------------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------------------|----------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
| Fornecedores | 40.000 | 16.667 | 56.667 | 40.000 | 56.667 | 96.667 |
| Multa Ministério do Trabalho | 36.790 | 58.251 | 95.041 | 36.037 | 93.095 | 129.132 |
| Outros | 6.360 | 4.240 | 10.600 | 6.099 | 10.165 | 16.264 |
| | <u>83.150</u> | <u>79.158</u> | <u>162.308</u> | <u>82.136</u> | <u>159.927</u> | <u>242.063</u> |

13. Patrimônio social

Conforme o estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos sociais, estando impedida de distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de lucros ou participações no Superávit.

Assim, o Superávit ou Déficit em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

14. Receitas

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Diárias | 9.500.294 | 7.061.757 |
| Taxas | 4.587.497 | 3.919.145 |
| Materiais e medicamentos | 28.537.751 | 21.103.778 |
| Materiais especiais | 6.717.937 | 6.543.632 |
| Gases medicinais | 5.686.944 | 4.419.436 |
| Exames e diagnósticos | 12.309.604 | 9.492.654 |
| Outras receitas com pacientes | 11.882.015 | 8.307.974 |
| Total de receitas com pacientes | 79.222.042 | 60.848.376 |
| Materiais especiais | 1.580.276 | 1.408.879 |
| Receita complementar - contratualização | 18.329.773 | 14.803.029 |
| Receita Covid19 | 9.342.357 | - |
| Outras receitas de serviços | 1.149.180 | 1.700.165 |
| Total de receitas com pacientes SUS | 30.401.586 | 17.912.073 |
| Incentivos - União Federal | 16.410.693 | 14.738.218 |
| Estágios com instituições de ensino | 1.346.119 | 1.005.132 |
| Receita cartão saúde | 38.140 | 86.821 |
| Total de receitas com incentivos, estágios e cartão saúde | 17.794.952 | 15.830.171 |
| Total das Receitas Operacionais | 127.418.580 | 94.590.620 |
| Subvenções estaduais - pessoal cedido | 4.013.262 | 4.918.392 |
| Subvenções federais / ministério da saúde | 3.726.540 | 12.731.285 |
| Total das Subvenções | 7.739.802 | 17.649.677 |
| Doações em Dinheiro | 5.641 | 515.130 |
| Doações em Materiais e Medicamentos | 296.659 | 443.683 |
| Doações em Patrimônio | - | 814.850 |
| Cortesia | 225.099 | 363.775 |
| Total das Doações e Cortesia | 527.399 | 2.137.438 |
| Glosas de pacientes particulares e convênios | (5.244.380) | (7.368.444) |
| Repasse médico | (10.853.824) | (5.223.104) |
| Total das Deduções | (16.098.204) | (12.591.548) |
| Total das Receitas Líquida | 119.587.577 | 101.786.187 |

15. Custo dos serviços prestados

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|-------------------|
| Custos com pessoal | 34.402.059 | 30.668.110 |
| Custos com pessoal - pessoal cedido | 3.592.161 | 4.531.113 |
| Serviços médicos pessoa jurídica | 19.657.373 | 17.800.599 |
| Outros serviços prestados por terceiros | 2.498.750 | 1.908.003 |
| Medicamentos | 10.980.486 | 5.935.648 |
| Materiais hospitalares | 8.448.908 | 6.043.429 |
| Órteses e próteses | 7.223.813 | 6.591.847 |
| Gêneros alimentícios | 1.901.504 | 1.637.858 |
| Materiais de Copa e Cozinha | 1.435.294 | 1.168.317 |
| Material de Higienização e Zeladoria | 799.246 | 897.095 |
| Outros gastos de manutenção hospitalar | 2.419.167 | 2.033.088 |
| Energia elétrica | 858.971 | 1.366.075 |
| Depreciação | 3.091.301 | 2.012.795 |
| Perdas estimadas crédito liquidação duvidosa | 10.924.595 | 2.218.929 |
| Outros custos gerais hospitalares | 680.495 | 1.735.503 |
| | 108.914.123 | 86.548.409 |

16. Despesas gerais e administrativas

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas com pessoal | 5.473.433 | 4.923.242 |
| Despesa com pessoal - pessoal cedido | 221.101 | 387.279 |
| Serviços prestados por terceiros | 1.553.152 | 1.121.795 |
| Despesas com veículos | 457.420 | 544.905 |
| Material de Escritório | 364.117 | 317.984 |
| Manutenção de software | 416.218 | 312.310 |
| Material de Informática | 413.944 | 338.481 |
| Provisão para Perdas Judiciais | 1.158.419 | - |
| Energia Eletrica | 605.313 | - |
| Despesas Judiciais | 887.385 | 54.495 |
| Outros Gastos Gerais Administrativos | 746.345 | 939.507 |
| Auxilio e Doações | 512.738 | 1.391.811 |
| | 12.809.585 | 10.331.809 |

17. Imunidade tributária

A Casa de Caridade Dom Orione é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicado no DOU de 25 de outubro de 1978. É caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, conforme Portaria SAS/MS N°. 1.964, publicada no DOU em 28 de dezembro de 2018, cujo certificado possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2024, foi nos concedido pela prestação anual de serviços ao SUS superior a 60%, sendo este, prova de sua certificação atual.

Em face da imunidade tributária a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos e contribuições, conforme abaixo demonstrado:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| INSS | 11.271.209 | 9.926.590 |
| Imposto de Renda | 2.202.407 | 1.968.975 |
| Contribuição Social | 1.202.260 | 1.076.206 |
| ISSQN | 2.226.408 | 1.992.975 |
| COFINS | 3.339.611 | 2.989.462 |
| | <u>20.241.895</u> | <u>17.954.209</u> |

A Casa de Caridade Dom Orione efetuou em 2021 e 2020 os seguintes atendimentos ao SUS - Sistema Único de Saúde:

| Descrição | 2021 | | 2020 | |
|--------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Intenação | Ambulatorial | Intenação | Ambulatorial |
| SUS | 39.781 | 97.231 | 34.548 | 100.785 |
| NÃO SUS | 19.286 | 194.061 | 17.503 | 197.306 |
| TOTAL | 59.067 | 291.292 | 52.051 | 298.091 |
| % SUS | 67% | 33% | 66% | 34% |
| % NÃO SUS | 33% | 67% | 34% | 66% |
| % META | 60% | | 60% | |

18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

19. Seguros (não auditado)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

| Item | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|-------------------------|---|-------------------------|
| Complexo das atividades | Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos | 60.000.000 |
| Veículos | Incêndio, roubo e colisão para veículos | tabela fipe |
| Responsabilidade civil | Responsabilidade civil | 100.000 |
| Lucros cessantes | Não realização de "lucros" decorrentes de danos materiais | 6.000.000 |
| | | <u>66.100.000</u> |

20. Eventos subsequentes

A Administração tem o compromisso em 2022 de concluir a elaboração e implantação do Código de Ética da Casa de Caridade Dom Orione, visto a paralização dos trabalhos do Comitê Antifraude durante a Pandemia do COVID-19, que vem apurando os eventos que envolveram a operação "Marcapasso", conforme mencionado na nota 1 às demonstrações contábeis.